



238

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**QUARTA CÂMARA CRIMINAL****HABEAS CORPUS Nº. 0205595-8 - CARUARU - 2ª VARA CRIMINAL.****IMPETRANTE: MARCUS VINICIUS ALVES DE CARVALHO E ÉRIKA LIRA ALVES DE CARVALHO.****PACIENTE: GILVAN ALVES CABRAL.****RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.****PROCURADOR: RENATO DA SILVA FILHO.**

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCABIMENTO. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE DELITO. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. PLEITO DE EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTES DISTINTOS. À UNANIMIDADE, ORDEM DENEGADA.**

1 – O delito de tráfico, segundo norma constitucional prevista no art.5º, inciso LXVI, é inafiançável. Se nosso ordenamento veda a concessão da liberdade provisória através da fiança, segue-se, a fortiori, que a benesse também não é concedida sem o dito ônus. Irrelevante, aliás, a existência de fundamentação cautelar, já que o óbice à liberdade provisória decorre, em última análise, de preceito constitucional.

2 – Ademais, há nos autos elementos concretos que ratificam a periculosidade do paciente, presumida pela Constituição nas hipóteses de flagrante por tráfico. A quantidade de droga apreendida e o *modus operandi* empregado justificam a manutenção da custódia cautelar a bem da ordem pública.

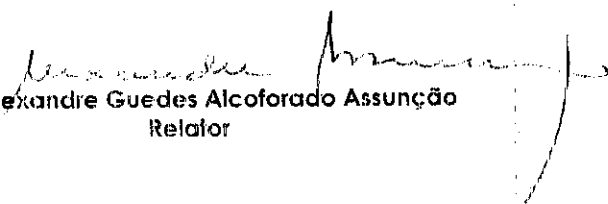
3 – A extensão de benefício pressupõe que ambos os agentes respondam ao mesmo processo. Uma vez constatado que os fatos delituosos são distintos, não há de se aplicar o disposto no art.580 do CPP.

4 – Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0205595-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.

  
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Relator

M



239



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

HABEAS CORPUS Nº. 0205595-8 - CARUARU - 2ª VARA CRIMINAL.

IMPETRANTE: MARCUS VINICIUS ALVES DE CARVALHO E ÉRIKA LIRA ALVES DE CARVALHO.

PACIENTE: GILVAN ALVES CABRAL.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO.

**RELATÓRIO:**

Marcus Vinicius Alves Cabral e Érika Lira Alves de Carvalho, advogados, impetraram Habeas Corpus Liberatório em favor de Gilvan Alves Cabral, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Caruaru.

Sustenta, em síntese, que o paciente, preso em flagrante pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes (art.33 da lei 11.343/06) e falsificação de produto destinado a fins medicinais (art.273, §1º, e art.273, §1ºB, I e IV, ambos do CP), está sofrendo constrangimento ilegal, pois é desnecessária sua prisão cautelar ante a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP.

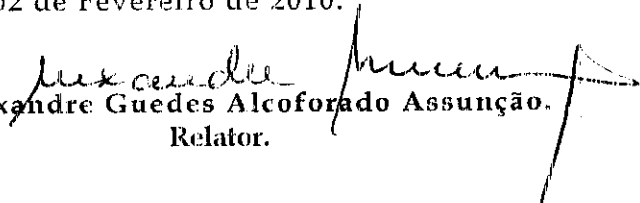
Acrescenta, ainda, que o paciente desfruta da mesma situação processual de Lemmacia Angélica Costa Lins, a quem foi concedido o benefício da liberdade provisória através de liminar no HC nº 205.118-1, de relatoria do Desembargador Marco Maggi.

A autoridade coatora prestou informações às fls.151/155.

O Procurador de Justiça, Renato da Silva Filho, ofertou parecer às fls.163/164, manifestando-se pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.

  
Dr. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.  
Relator.



PODER JUDICIÁRIO

240

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

HABEAS CORPUS Nº. 0205595-8 - CARUARU - 2ª VARA CRIMINAL.

IMPETRANTE: MARCUS VINICIUS ALVES DE CARVALHO E ÉRIKA LIRA ALVES DE CARVALHO.

PACIENTE: GILVAN ALVES CABRAL.

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RENATO DA SILVA FILHO.

**VOTO:**

Conforme relatado, trata-se de Habeas Corpus impetrado por **Marcus Vinicius Alves Cabral e Érika Lira Alves de Carvalho** em favor de **Givan Alves Cabral**, alegando, em síntese, que o paciente, preso em flagrante pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes e falsificação de produto destinado a fins medicinais, está sofrendo constrangimento ilegal, pois ausentes os requisitos da preventiva.

Pretende, também, a extensão de benefício concedido a paciente **Lemmacia Angélica**, deferido pelo Des. Marco Maggi no HC nº 205.118-1.

Após análise de toda a documentação acostada aos autos, não me convenci acerca da coação ilegal aventada na inicial.

De saída, verifico que o paciente, proprietário, de fato, da **Farmácia Central**, localizada no município de Caruaru, fora preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecentes, já que mantinha em depósito medicamentos sujeitos a controle especial, disponíveis à comercialização em desacordo com a Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

Para melhor compreensão do contexto em que se deu o flagrante, destaco, aqui, passagem do relatório policial, feito pela Polícia Federal:

*"Durante os trabalhos de fiscalização sanitária realizados em farmácias e distribuidoras de produtos farmacêuticos, mais precisamente na Farmácia Central (nome fantasia), foi constatado que havia em depósito medicamentos sujeitos a controle especial e que estariam disponíveis para comercialização na referida farmácia em desacordo com a Portaria 344/1998 do Ministério da Saúde, eis que a farmácia não apresentou autorização para comercializar esse tipo de produto, e mesmo que a tivesse, a irregularidade persistiria, porquanto não estavam sendo observados os ditames da Portaria supramencionada quanto ao controle e à venda desses medicamentos. Outrossim, também foram encontrados medicamentos: (i) com proibição de importação, comércio e uso, em todo território nacional, por não possuir registro na*



241

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

ANVISA (Pramil); e (ii) medicamentos com forte indícios de falsificação, conforme consultas junto aos fabricantes (Viagra e Cialis – ver docs. de f.34-35).

Desse modo, considerando que a empresa tinha em depósito para fins de comércio medicamentos de uso controlado sem autorização da ANVISA (substâncias relacionadas na portaria 344/98 – ANVISA), medicamentos falsificados e medicamento de procedência ignorada sem registro na ANVISA, restou configurada a prática dos crimes descritos no artigo 33 (66) da lei nº 11.343/2006; art.273, §1º e art.273,§1 e art.273, §1ºB, I e IV, do CPB, condutas essas que foram atribuídas ao gerente GILVAN ALVES CABRAL, o qual assumiu que era o responsável por todos os atos negociais, gerenciais e administrativos da empresa.”.

Pois bem.

Sobre o tema, esta Câmara, de forma reiterada, vem, alinhada à jurisprudência dominante no STF, assentando a tese de que é vedada a concessão da liberdade provisória ao agente preso em flagrante pela prática de tráfico ilícito de entorpecentes, em razão do preceito constitucional contido no art.5º, inciso LXVI da Constituição Federal.

Vejamos recente julgado do STF, da lavra da Min.Carmem

Lúcia:

**EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA: INADMISSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. A proibição de liberdade provisória, nos casos de crimes hediondos e equiparados, decorre da própria inafiançabilidade imposta pela Constituição da República à legislação ordinária (Constituição da República, art. 5º, inc. XLIII); Precedentes. O art. 2º, inc. II, da Lei n. 8.072/90 atendeu o comando constitucional, ao considerar inafiançáveis os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. Inconstitucional seria a legislação ordinária que dispusesse diversamente, tendo como afiançáveis delitos que a Constituição da República determina sejam inafiançáveis. Desnecessidade de se reconhecer a inconstitucionalidade da Lei n. 11.464/07, que, ao retirar a expressão 'e liberdade provisória' do art. 2º, inc. II, da Lei n. 8.072/90, limitou-se a uma alteração textual: a proibição da liberdade provisória decorre da vedação da fiança, não da expressão suprimida, a qual, segundo a jurisprudência deste Supremo Tribunal, constituía redundância. Mera alteração textual, sem modificação da norma proibitiva de concessão da liberdade provisória aos crimes hediondos e equiparados, que continua vedada aos presos em flagrante por quaisquer daqueles delitos. 2. A Lei n. 11.464/07 não poderia alcançar o delito de tráfico de drogas, cuja disciplina já constava de lei especial (Lei n. 11.343/06, art. 44, caput), aplicável ao caso vertente. 3. Irrelevância da existência, ou não, de fundamentação cautelar para a prisão em flagrante por crimes hediondos ou equiparados; Precedentes. 4. Ordem denegada. (HC 98548, Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA, Primeira Turma,**



242



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**

julgado em 24/11/2009, DJe-232 DIVULG 10-12-2009 PUBLIC 11-12-2009 EMENT VOL-02386-02 PP-00404).

Como se vê, o estado flagrancial, por si só, é razão suficiente à custódia cautelar, sendo desnecessário o magistrado demonstrar a necessidade de manutenção da prisão através de fundamentação cautelar (requisitos do art.312 do CPP).

De toda forma, ressalto que há nos autos elementos concretos que ratificam a periculosidade do paciente, presumida pela Constituição nas hipóteses de flagrante por tráfico.

Foi apreendida, como bem ilustrou o Procurador de Justiça em seu parecer, *"uma verdadeira central de comercialização de drogas ilícitas e falsificadas"*.

De fato, segundo notícia colhida do auto em flagrante, o paciente comercializava, em larga escala (vide a quantidade de drogas apreendidas às fls. 86/91), medicamentos de uso controlado sem autorização da ANVISA (substâncias relacionadas na portaria 344/98-ANVISA), medicamentos falsificados e medicamentos de procedência ignorada sem registro na ANVISA.

Registro, ademais, que o contexto em que se deu o flagrante é revelador, também, de sua periculosidade.

Para tanto, vejamos, mais uma vez, passagem do auto em flagrante, precisamente o ponto no qual há o relato de onde parte das drogas foi apreendida:

*"Que a fiscalização foi conduzida pela fiscal ÉRICA da ANVISA; Que o depoente adentrou numa sala cujo acesso era feito passando por um banheiro; Que no teto dessa sala tinha uma tampa que dava acesso à caixa d'água; Que acessou o local onde estava a caixa d'água e encontrou caixas de medicamentos que foram apreendidos pela fiscalização; Que a sala estava escura e foi preciso aguardar a chegada de energia"*.

Portanto, a quantidade de droga apreendida e o modus operandi empregado, revelado pelo contexto em que se deu o flagrante, justificam a manutenção da custódia cautelar a bem da ordem pública.

No mesmo sentido, observem, senhores, precedente do STJ:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. APREENSÃO DE 31 GRAMAS DE MACONHA E 31 GRAMAS DE COCAÍNA. PRISÃO EM FLAGRANTE EM 08.06.08. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. NORMA ESPECIAL. LEI 11.343/2006. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.



243



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

1. A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a nova redação dada pela Lei 11.464/2007.
2. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos.
3. Ademais, no caso concreto, presentes indícios veementes de autoria e provada a materialidade do delito, a manutenção da prisão cautelar encontra-se plenamente justificada na garantia da ordem pública, tendo em vista a quantidade e variada de entorpecentes apreendidos (31 gramas de maconha e 31 gramas de cocaína).
4. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial. (HC 117.329/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 16/02/2009)

Passo, agora, ao pleito de extensão, em que se invoca como paradigma a concessão de liberdade provisória à paciente Lemmacia Angélica (HC nº205.118-1).

Verifico, inicialmente, que o impetrante não acostou aos autos a decisão paradigma, inviabilizando, assim, a plena cognição da matéria ventilada.

Entretanto, mesmo diante de uma precária instrução do writ, constato que a prisão da paciente Lemmacia Angélica (HC nº205-118-1) se deu em razão de flagrante distinto.

Logo, a concessão de liberdade provisória a dita paciente não acarreta, por tabela, a soltura do paciente, porquanto a benesse prevista no art. 580 do CPP pressupõe que ambos os agentes respondam ao mesmo processo.

ISTO POSTO, em sintonia com o parecer da procuradoria de justiça, meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.

Relator.